

# SUMÁRIO

1

**RECUPERAÇÃO JUDICIAL, EXECUÇÃO FISCAL, *STAY PERIOD*, CO-  
OPERAÇÃO JUDICIÁRIA E PRESERVAÇÃO DA EMPRESA: COM-  
PREENDENDO O § 7º-B DO ART. 6º DA LEI N. 11.101/2005.....** 17

*Fredie Didier Jr.*

*Elie Pierre Eid*

*Leandro Aragão*

1. Introdução.....	18
2. Sobre a finalidade da suspensão dos processos movidos contra o devedor ( <i>stay period</i> ) pela Lei 11.101/2005.....	18
2.1. O deferimento da recuperação judicial frente às execuções fiscais anteriormente à Lei 14.111./2020.....	24
2.2. O tema 987 de recursos especiais repetitivos: objeto da tese a ser definida pelo STJ.....	27
3. Exegese do art. 6º, § 7º-B, introduzido pela Lei n. 14.112/2020.....	29
3.1. O princípio da preservação da atividade empresarial como guia interpretativo do art. 6º, § 7º-B da Lei 14.112/2020.....	31
3.2. Necessária relação entre suspensão da execução fiscal e limitações dos atos de constrição dela decorrentes.....	34
3.3. Cooperação judiciária prevista pelo art. 6º, § 7º-B da Lei n. 14.112/2020.....	36
4. O direito intertemporal para aplicação do art. 6º, § 7º-B da Lei 14.112/2020.....	40

5. Repercussões do art. 6º, § 7º-B sobre as recuperações judiciais e as execuções fiscais em curso .....	42
6. Conclusões.....	44

## 2

<b>RECUPERAÇÃO JUDICIAL DE EMPRESAS E RESOLUÇÃO ON-LINE DE DISPUTAS: UM DIÁLOGO POSSÍVEL .....</b>	<b>47</b>
--	-----------

*Dierle Nunes*

*Camilla Paolinelli*

1. Considerações Iniciais.....	47
2. O e-Acesso à justiça e os novos designs tecnológicos para a resolução de disputas. ....	50
3. O sistema falimentar, a experiência do caso OI e os insumos para a adaptação procedimental por tecnologia.....	56
4. <i>Insights</i> para procedimentos de recuperação judicial <i>smart</i> : prototipando um modelo de SIREC (sistema informatizado para a resolução de conflitos) para falência e recuperação de empresas .....	62
5. Considerações finais .....	72
6. Referências bibliográficas.....	73

## 3

<b>ANÁLISE SISTÊMICA DO INSTITUTO DA EXTINÇÃO DE OBRIGAÇÕES NA LEI DE FALÊNCIAS, CONFORME ALTERAÇÕES DA LEI 14.112/2020 .....</b>	<b>77</b>
---	-----------

*Sérgio Mourão Corrêa Lima*

*Délio Mota de Oliveira Júnior*

*Artur Andrade Santos*

1. Breve contextualização.....	77
2. Extinção de obrigações no processo falimentar (antes da edição da Lei 14.112/2020).....	79
3. Alterações introduzidas pela Lei 14.112/2020 .....	81
4. Noções fundamentais acerca das formas de extinção de obrigações..	83
5. As formas de extinção de obrigações na falência conforme alterações introduzidas pela Lei 14.112/2020 .....	89
6. Procedimento para declaração da extinção de obrigações na falência conforme alterações introduzidas pela Lei nº 14.112/2020.....	92

7. Conclusões.....	94
8. Bibliografia.....	96

#### 4

<b>O SISTEMA MULTIORTAS E A RECUPERAÇÃO JUDICIAL: BREVES REFLEXÕES SOBRE O LIVRE TRÂNSITO DE TÉCNICAS DO PROCEDIMENTO COMUM PARA O PROCEDIMENTO ESPECIAL ...</b>	<b>97</b>
--	-----------

*Marcelo Mazzola*

*Rodrigo Freitas Câmara*

1. Considerações Iniciais.....	97
2. O Sistema Multiportas.....	99
3. A interface entre a Recuperação Judicial e o Sistema Multiportas.....	102
4. Importação de técnicas do procedimento comum para a Recuperação Judicial .....	106
5. Conclusão.....	109
6. Referências Bibliográficas .....	109

#### 5

<b>INSOLVÊNCIA TRANSFRONTEIRIÇA: ESTUDO DE UM CASO .....</b>	<b>111</b>
--	------------

*Paulo Henrique dos Santos Lucon*

1. Introdução .....	111
2. Contextualização necessária: Caso Latam.....	112
3. A adequação da Lei n. 11.101/2005 à insolvência transnacional .....	114
4. Lei n. 14.112/2020.....	118
5. Lei modelo da UNCITRAL.....	123
6. Conclusões e encerramento.....	126
7. Referências bibliográficas.....	126

#### 6

<b>A COOPERAÇÃO JUDICIÁRIA NACIONAL COMO FERRAMENTA DE AMPLIAÇÃO DO DIÁLOGO ENTRE O JUÍZO RECUPERACIONAL E OUTROS JUÍZOS .....</b>	<b>129</b>
--	------------

*Fernanda Rocha David*

1. Generalidades .....	129
------------------------	-----

2. Fundamentos normativos e principais características do modelo de cooperação judiciária nacional do CPC/2015.....	131
3. Aspectos gerais do processo de recuperação judicial.....	136
4. O papel do juízo recuperacional na gestão das questões envolvendo o estado de crise da empresa .....	139
5. A cooperação judiciária nacional como ferramenta eficiente de ampliação do diálogo entre o juízo recuperacional e outros juízos.....	143
6. Considerações finais .....	146
7. Referências.....	147

## 7

### **AÇÕES PRÉ-ARBITRAIS CONTRA EMPRESAS EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL: UMA ANÁLISE DAS MEDIDAS PREPARATÓRIAS ..... 149**

*Alberto Lucas Albuquerque da Costa Trigo*

1. Introdução.....	149
2. Tutelas de Urgência Pré-Arbitrais.....	150
3. Tutelas de Urgência Requeridas contra Empresas em Recuperação Judicial .....	157
4. Conclusões.....	162
5. Referências Bibliográficas .....	163

## 8

### **CONSTATAÇÃO PRÉVIA AO DESPACHO DE PROCESSAMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL ..... 165**

*Rodrigo Almeida Magalhães*

*Walter Coelho de Moraes*

1. Introdução.....	165
2. A Recuperação Judicial .....	166
3. Índices Contábeis e de Insolvência no Processo da LRF .....	169
4. Em prol do aprimoramento do Direito Recuperacional .....	186
5. Conclusão.....	189
6. Bibliografia.....	190

## 9

**RECUPERAÇÃO JUDICIAL E CONSENSUALIDADE ..... 193***Trícia Navarro Xavier Cabral**Frederico Ivens Miná Arruda de Carvalho*

1. Generalidades .....	193
2. Da Recuperação Judicial como processo estrutural.....	196
3. Da autocomposição prévia e incidental nos processos de Recuperação Judicial .....	201
4. Convenções processuais na Recuperação Judicial .....	207
5. Conclusões.....	208
6. Referências.....	209

## 10

**A TUTELA PROVISÓRIA DE NATUREZA CAUTELAR NA RECUPERAÇÃO - ASPECTOS PRÁTICOS E ANÁLISE DA DISCIPLINA DAS TUTELAS PROVISÓRIAS NA LEI 11.101/05 À LUZ DO PRINCÍPIO DA EFICIÊNCIA..... 213***Thiago Dias Delfino Cabral**Filipe Guimarães*

1. Introdução: noções sobre direito recuperacional, a reforma legislativa e o sistema de tutelas provisórias .....	213
2. Tutela provisória na LRF – uma análise descritiva das possibilidades previstas na LRF .....	216
3. A nova recuperação extrajudicial: principais alterações no sistema...	220
4. O suave movimento de “judicialização” da recuperação extrajudicial. Ou: não há razões para distinguir a aplicação do sistema de tutelas provisórias .....	222
5. Uma proposta de interpretação à luz do princípio da eficiência .....	225
6. Conclusão.....	228
7. Bibliografia.....	229

## 11

**O PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO NA CRISE DA EMPRESA TRANSNACIONAL ..... 233***Márcio Souza Guimarães*

- |  |     |
|--|-----|
| 2. O juízo nacional sempre tem jurisdição sobre os seus empresários... | 234 |
| 3. A cooperação entre os juízos transnacionais.....                    | 242 |
| 4. Conclusão.....  | 249 |
| 5. Referências Bibliográficas:.....                                    | 250 |

## 12

**AS NOVAS REGRAS PROCESSUAIS NA RECUPERAÇÃO E NA FALÊNCIA: CONTAGEM DE PRAZOS, CABIMENTO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO E NEGÓCIOS PROCESSUAIS..... 253***Geraldo Fonseca**Teresa Arruda Alvim*

- |   |     |
|---|-----|
| 1. Introdução: o mal das incertezas do processo.....  | 254 |
| 2. A forma de contagem de prazos.....                 | 256 |
| 3. O cabimento do agravo de instrumento.....          | 258 |
| 4. A admissão dos negócios jurídicos processuais..... | 264 |
| 5. Referências.....                                   | 269 |

## 13

**INCIDENTES DE CLASSIFICAÇÃO DE CRÉDITO PÚBLICO EM PROCESSOS DE FALÊNCIA: UMA ANÁLISE DA AMPLITUDE DO ESCOPO DO INSTITUTO INAUGURADO PELA LEI 14.112/2020 ... 271***Otávio De Paoli Balbino**Hugo Moreira Barbosa**Bernardo Henrique Melo Rezende*

- |  |     |
|--|-----|
| 1. A inovação promovida pelo art. 7º-a, da Lei nº 14.114/2020, que inseriu, na Lei nº 11.101/2005, os incidentes de classificação de créditos públicos ..... | 272 |
| 1.1. Análise hermenêutica do dispositivo do art. 7º-A, da Lei nº 11.101/2005.....  | 273 |
| 1.2. A aplicabilidade do art. 7º-A às falências decretadas antes da vigência da Lei 14.112/2020.....   | 275 |

1.3. Ideia de classificação na perspectiva do direito de insolvência – natureza do crédito público objeto do incidente .....	281
2. Estrutura organizacional do Estado – Administração Direta e Indireta...	282
2.1. Federalismo e noções da Administração Pública.....	282
2.2. Administração Direta e Indireta dos Estados .....	285
2.3. Autarquias e Autarquias de Regime Especial .....	287
2.4. Conceito de Fazenda Pública.....	291
3. Aplicação prática do incidente de classificação de créditos públicos previsto no art. 7º-a da Lei 11.101/2005 .....	292
4. Conclusões acerca da previsão constante do art. 7º-a da lei nº 11.101/2005, inserido pela lei nº 14.112/2020.....	294
5. Bibliografia.....	298

## 14

### **CONCILIAÇÕES E MEDIAÇÕES ANTECEDENTES OU INCIDENTAIS AOS PROCESSOS DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL..... 299**

*Darci Guimarães Ribeiro*

*Guilherme Christen Möller*

1. Introdução.....	300
2. Complexidade, hipermodernidade e o art. 3º do CPC: sobre a influência do paradigma da razão estendida no sistema de gerenciamento de conflitos brasileiros .....	300
2.1. Complexidade e processo: a transformação do processo a partir dos paradigmas dos estágios socioculturais .....	300
2.1.1. A Complexidade no paradigma Hermenêutico Processual....	301
2.1.2. A sociocultura e seus reflexos no processo.....	304
2.2. Hipermodernidade, a genealogia do art. 3º do CPC e o gerenciamento de conflitos no Processo Civil Brasileiro .....	307
3. Das conciliações e das mediações antecedentes ou incidentais, promovida pela Lei nº 14.112/2020, no procedimento de Recuperação Judicial .....	314
3.1. Análise das conciliações e mediações antecedentes ou incidentais aos processos de recuperação judicial .....	314
3.2. Duas reflexões sobre a Lei nº 14.112/2020 e a inserção da conciliação e da mediação no procedimento de Recuperação Judicial e Falência.....	318
4. Referências.....	321

## 15

**CONTAGEM DE PRAZOS NA RECUPERAÇÃO JUDICIAL: A ESPECIALIZAÇÃO DO PROCEDIMENTO JUSTIFICA A DESOBEDIÊNCIA AO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL?..... 325**

*Marco Aurélio Peixoto*

*Rodrigo Frantz Becker*

1. Introdução.....	325
2. Generalidades: a contagem dos prazos anteriormente à Lei 14.112/2020.....	326
3. A nova disciplina da contagem dos prazos na recuperação judicial ...	329
4. Conclusão.....	334
5. Bibliografia.....	335

## 16

**O PEDIDO DE RESTITUIÇÃO E A AÇÃO REVOCATÓRIA NA LEI N. 11.101/05: INSTRUMENTOS DE ESTRUTURAÇÃO DOS ATIVOS NO PROCESSO FALIMENTAR..... 337**

*Eduardo Goulart Pimenta*

1. Aspectos Gerais.....	337
2. Pedido de Restituição na Lei n. 11.101/05: regulação e objetivos .....	343
3. Atos ineficazes em relação à massa falida independentemente de intuito fraudulento .....	345
4. A ineficácia dos atos fraudulentos praticados pelo falido antes da decretação da quebra.....	350
5. Referências Bibliográficas .....	353

## 17

**A FALÊNCIA COMO CONDIÇÃO DE EFETIVIDADE DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL: PROBLEMAS ECONÔMICOS E PROCESSUAIS DE TODA EMPRESA SER (LOCALMENTE) IMPORTANTE DE-MAIS PARA QUEBRAR..... 355**

*Eduardo da Silva Mattos*

1. Introdução .....	355
2. Objetivos econômico-financeiros de um sistema de insolvência .....	357



3. O princípio da preservação da empresa e o “importante demais para quebrar” .....	360
4. Consequências da inviabilidade da falência .....	366
5. Implementações para melhoria .....	372
6. Conclusão.....	374
7. Referências.....	375

## 18

### **FINANCIAMENTO DE EMPRESAS EM RECUPERAÇÃO: PERSPECTIVAS PROCESSUAIS DO DIP FINANCING NO BRASIL ..... 379**

*Pedro Cavalcanti Rocha*

*Bruno Valladão Guimarães Ferreira*

1. Introdução .....	379
2. O contrato de financiamento DIP .....	382
3. Procedimentos em que o financiamento DIP poderá ser celebrado ...	385
4. Legitimidade para conceder o DIP .....	386
4.1. Legitimidade para prestar garantias.....	388
5. Procedimento até a prolação da decisão judicial.....	389
6. A decisão judicial que conhece do pedido de contratação do DIP .....	392
7. Ausência de sucessão do financiador nas obrigações da recuperanda ....	395
8. Falência e rescisão do contrato.....	396
9. Conclusão.....	397

## 19

### **A DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA NO PROCESSO FALIMENTAR, CONFORME ORIENTAÇÃO JURISPRUDENCIAL DO STJ E DISPOSITIVOS DA LEI 14.112/2020 ..... 399**

*Sérgio Mourão Corrêa Lima*

*Délio Mota de Oliveira Júnior*

*Artur Andrade Santos*

1. Breve contextualização .....	400
2. As várias faces da falência.....	401
2.1. Ativos e passivos (massa falida objetiva e subjetiva).....	401
2.2. Aspectos processual e material (concurso formal e obrigacional)	403
2.3. Interdisciplinariedade .....	406

3. Desconsideração da personalidade jurídica.....	408
3.1. Execução forçada de crédito.....	408
3.2. Hipóteses que ensejam a desconsideração da personalidade jurídica.....	411
3.3. Consequências processuais e materiais da desconsideração da personalidade jurídica .....	413
3.4. Cabimento de tutela de urgência (liminar) na desconsideração da personalidade jurídica .....	419
3.5. Desconsideração da personalidade jurídica em grupos empresariais.....	421
4. Jurisprudência pacífica do STJ sobre a desconsideração da personalidade jurídica – extensão dos efeitos da quebra - na execução concursal falimentar .....	422
5. O art. 82-A introduzido pela Lei 14.112/2020 .....	430
6. Considerações acerca do art. 82-A introduzido pela Lei 14.112/2020.....	431
6.1. Extensão dos efeitos da quebra é sinônimo de desconsideração da personalidade jurídica no âmbito processo de execução forçada concursal (falência).....	431
6.2. Análise sistêmica do <i>caput</i> do art. 82-A.....	432
6.3. Análise sistêmica do parágrafo único do art. 82-A .....	434
7. Conclusões.....	436
8. Bibliografia.....	439

## 20

### **A DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA NA RECUPERAÇÃO JUDICIAL E FALÊNCIA - LEI Nº 14.112/2020 .....**

**441**

*Osmar Mendes Paixão Côrtes*

1. Generalidades acerca do artigo 82-A da Lei 11101/2005, incluído pela Lei 14112/2020.....	441
2. Breves considerações sobre a desconsideração da personalidade jurídica.....	442
3. A desconsideração da personalidade jurídica em recuperações judiciais e falências à luz da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.....	444
4. As alterações da Lei 14.112/2020 e as limitações impostas .....	448
5. Conclusão.....	450
6. Referências Bibliográficas .....	450

## 21

**O INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS (IRDR) COMO TÉCNICA PROCEDIMENTAL ADEQUADA PARA A SOLUÇÃO DO CONFLITO DE COMPETÊNCIA RECUPERACIONAL..... 453**

*Luiz Roberto Ayoub*

*Dione Valesca Xavier da Silva*

1. Generalidades .....	453
2. O Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR).....	458
3. O processo de recuperação judicial no Brasil.....	458
4. O IRDR como técnica procedimental adequada para a solução do conflito de competência recuperacional .....	459
5. Conclusão.....	465
5. Bibliografia.....	465

## 22

**REFLEXÕES SOBRE ALGUNS INSTITUTOS DA LEI DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL E FALÊNCIA À LUZ DA ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO ..... 467**

*Rodrigo Fux*

1. Introdução .....	467
2. Notas Introdutórias sobre a Análise Econômica do Direito.....	470
3. Análise Econômica do Direito e o Direito da Crise da Empresa.....	472
4. Análise de Institutos da Lei 11.101/2005 à luz da Análise Econômica do Direito.....	477
4.1. Estímulo à Autocomposição .....	477
4.2. Diálogo com o Código de Processo Civil de 2015.....	479
4.3. Possibilidade de Alienação da Empresa e Novos Contornos da Alienação de Unidade Produtiva Isolada .....	481
4.4. Novel Seção IV-A do Capítulo III da Lei 11.101/2005 e o <i>DIP Financing</i> .....	484
5. Conclusões.....	485
6. Referências Bibliográficas .....	487

## 23

**NEGÓCIOS PROCESSUAIS NO ÂMBITO RECUPERACIONAL – APROXIMAÇÕES INICIAIS E O CASO DO *STAY PERIOD* ..... 489***Gustavo Osna**Mayara Roth Isfer Osna*

1. Notas Introdutórias .....	489
2. Negócios Processuais e sua Previsão no Regime Recuperacional .....	490
2.1. Negócios Processuais: Breves Notas .....	490
2.2. Negócios Processuais no Âmbito Falimentar e Recuperacional.....	495
3. <i>Stay Period</i> e (Im)Possibilidade de Negociação .....	501
3.1. <i>Stay Period</i> e Regime Recuperacional: Aproximações Iniciais .....	501
3.2. É Viável a Dilatação Negocial do <i>Stay Period</i> ? .....	508
4. Considerações Finais .....	512
5. Referências Bibliográficas .....	514

## 24

**DO INSTITUTO DA INSOLVÊNCIA AUXILIAR COMO FERRAMENTA NO RASTREAMENTO E RECUPERAÇÃO DE ATIVOS. COMBATE AO CRIME AQUISITIVO ..... 517***Rodrigo Kaysserlian**Paula Mítie Minohara**Marina Godinho de Oliveira*

1. Introdução.....	517
2. A lei modelo da UNCITRAL e a sua adoção pelo Brasil.....	519
3. O procedimento de insolvência auxiliar como ferramenta na coleta de documentos e arrecadação de ativos .....	523
4. Conclusão.....	527
5. Referências.....	528